

Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade

.

II Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade

Parlamento

2003/800/CE, Euratom:

- ★ **Aprovação definitiva do orçamento rectificativo n.º 5 da União Europeia para o exercício de 2003** 1

2003/801/CE, Euratom:

- ★ **Orçamento rectificativo n.º 1/2003 da Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos (EMA)** 15

Os montantes do presente documento orçamental estão expressos em euros, salvo indicação em contrário.

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua applicabilidade)

PARLAMENTO

**APROVAÇÃO DEFINITIVA
do orçamento rectificativo n.º 5 da União Europeia
para o exercício de 2003**

(2003/800/CE, Euratom)

O PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 272.º, penúltimo parágrafo do n.º 4,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica e, nomeadamente, o seu artigo 177.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias ⁽¹⁾ e, nomeadamente, os seus artigos 37.º e 38.º,

Tendo em conta o orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2003, definitivamente aprovado em 19 de Dezembro de 2002 ⁽²⁾,

Tendo em conta o Acordo Interinstitucional, de 6 de Maio de 1999, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental ⁽³⁾,

Tendo em conta o Acordo Interinstitucional, de 7 de Novembro de 2002, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, relativo ao financiamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia, que complementa o Acordo Interinstitucional de 6 de Maio de 1999 sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental ⁽⁴⁾,

Tendo em conta os anteprojectos de orçamento rectificativo n.º 5 e n.º 6 da União Europeia para o exercício de 2003, apresentados pela Comissão em 30 de Julho e 25 de Setembro de 2003, respectivamente,

⁽¹⁾ JO L 248 de 16.9.2002, p. 1.

⁽²⁾ JO L 54 de 28.2.2003, p. 1.

⁽³⁾ JO C 172 de 18.6.1999, p. 1.

⁽⁴⁾ JO C 283 de 20.11.2002, p. 1.

Tendo em conta o projecto de orçamento rectificativo n.º 5 da União Europeia para o exercício de 2003, estabelecido pelo Conselho em 7 de Outubro de 2003,

Tendo em conta as decisões do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Outubro de 2003, de mobilizar o mecanismo de flexibilidade relativo ao Fundo de Solidariedade da União Europeia pelos montantes de, respectivamente, 56,25 milhões de euros e 48,539 milhões de euros,

Tendo em conta o artigo 92.º e o anexo IV do seu regimento,

Tendo em conta a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em 9 de Outubro de 2003,

constatando que o processo previsto no artigo 272.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no artigo 177.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica está assim concluído,

DECLARA:

Artigo único

O orçamento rectificativo n.º 5 da União Europeia para o exercício de 2003 está definitivamente aprovado.

Feito em Bruxelas, em 9 de Outubro de 2003.

O Presidente

Pat COX

**ORÇAMENTO RECTIFICATIVO N.º 5
DA UNIÃO EUROPEIA
PARA O EXERCÍCIO DE 2003**

ÍNDICE

Página

MAPA DE RECEITAS E DESPESAS POR SECÇÃO

Secção III: Comissão	5
— Mapa de despesas	7
— Parte B:	9
— Subsecção B2: Acções estruturais, despesas estruturais e de coesão, mecanismo financeiro, outras acções agrícolas e regionais, transportes e pesca	11
— Título B2-4: Fundo de solidariedade da União Europeia-Estados-Membros	13

SECÇÃO III

COMISSÃO

MAPA DE DESPESAS

COMISSÃO

Resumo geral das dotações (2003 e 2002) e da execução (2001)

Parte B

[illegible]

PARTE B

DOTAÇÕES OPERACIONAIS

As dotações da parte B cobrem as despesas de funcionamento directamente ligadas aos objectivos do programa ou acção, incluindo as despesas relativas à avaliação e assistência técnica e administrativa em benefício exclusivo dos parceiros. Aplicam-se disposições particulares aos seguintes casos:

- as despesas com assistência técnica, estudos e informação sobre os fundos estruturais e de coesão regem-se pelas disposições dos Regulamentos (CE) n.º 1260/1999, (CE) n.º 1257/1999, (CE) n.º 1258/1999, (CE) n.º 1263/1999, (CE) n.º 2792/1999, (CE) n.º 1261/1999, (CE) n.º 1262/1999 e (CE) n.º 1164/94 com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1264/1999,
- as despesas com assistência técnica e administrativa serão autorizadas se a rubrica aplicável previr expressamente, nas respectivas observações, este tipo de despesas, fixando o respectivo limite máximo.

Para os novos programas ou acções, a imputação na parte B de despesas com assistência técnica e administrativa deverá estar prevista na legislação específica relativa ao programa ou acção e ser objecto de decisão da autoridade orçamental que fixe o respectivo montante máximo.

A Comissão compromete-se a apresentar à autoridade orçamental, aquando do estabelecimento do anteprojecto de orçamento, um relatório específico sobre a utilização das dotações inscritas nas rubricas «B...A» (ver mais abaixo).

A pedido, devidamente fundamentado, de qualquer ramo da autoridade orçamental, a Comissão deverá fornecer todas as informações úteis, incluindo os resultados dos trabalhos de peritos, relativas à execução dos programas ou acções.

COMISSÃO
PARTE B

DOTAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As dotações inscritas nas rubricas «B...A» destinam-se a financiar nomeadamente:

- as despesas de assistência técnica relativas a missões que relevam das autoridades públicas, delegadas pela Comissão a organismos de execução de direito comunitário,
- as despesas de assistência técnica e administrativa que não envolvem funções da autoridade pública subcontratadas pela Comissão a entidades de direito privado no âmbito de contratos de estudos ou de prestações de serviços pontuais.

A Comissão compromete-se a informar a Autoridade Orçamental acerca das transferências efectuadas entre a rubrica principal (B) e a rubrica «B...A» e, inversamente, a informá-la, no final do exercício, acerca da utilização das dotações da rubrica «B...A»)

Execução:

A execução de todos os programas, bem como das subvenções às organizações financiadas ou co-financiadas pela parte operacional do orçamento da União Europeia, deve ser objecto de avaliações regulares. A autoridade orçamental deve ser informada dos resultados dessas avaliações, mesmo que a base jurídica não o preveja expressamente.

Os beneficiários de dotações do orçamento da Comissão devem assinalar claramente e de forma visível para o público que recebem uma ajuda financeira da União Europeia.

SUBSECÇÃO B2

**ACÇÕES ESTRUTURAIS, DESPESAS ESTRUTURAIS E DE COESÃO, OUTRAS ACÇÕES AGRÍCOLAS E
REGIONAIS, TRANSPORTES E PESCA**

COMISSÃO

Subsecção B2

(Acções estruturais, despesas estruturais e de coesão, mecanismo financeiro, outras acções agrícolas e regionais, transportes e pesca)

Resumo geral das dotações (2003 e 2002) e da execução (2001)

Título Capítulo Artigo	Designação	Orçamento 2003		Orçamento rectificativo n.º 5		Novo montante	
		Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
B2-4	FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA-ESTADOS- MEMBROS						
B2-4 0	FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA-ESTADOS- MEMBROS						
B2-4 0 0	Fundo de Solidariedade da União Europeia-Estados-Membros						
	Dotações diferenciadas	p.m.	p.m.	+ 104 789 000	—	104 789 000	p.m.
	Subtotal das dotações não diferenciadas						
	Subtotal das dotações diferenciadas	p.m.	p.m.	+ 104 789 000	—	104 789 000	p.m.
	TOTAL DO CAPÍTULO B2-4 0	p.m.	p.m.	+ 104 789 000	—	104 789 000	p.m.
	Subtotal das dotações não diferenciadas						
	Subtotal das dotações diferenciadas	p.m.	p.m.	+ 104 789 000	—	104 789 000	p.m.
	Total do título B2-4	p.m.	p.m.	+ 104 789 000	—	104 789 000	p.m.
	Subtotal das dotações não diferenciadas						
	Subtotal das dotações diferenciadas	34 121 625 240	33 330 476 500	+ 104 789 000	—	34 226 414 240	33 330 476 500
	Total da subsecção B2	34 121 625 240	33 330 476 500	+ 104 789 000	—	34 226 414 240	33 330 476 500
	Subtotal das dotações não diferenciadas						
	Subtotal das dotações diferenciadas						
	Total da parte B	94 325 621 240	92 142 866 000	+ 104 789 000	—	94 430 410 240	92 142 866 000
	TOTAL GERAL	97 815 093 611	95 632 338 371	+ 104 789 000	—	97 919 882 611	95 632 338 371

COMISSÃO

Subsecção B2

(Acções estruturais, despesas estruturais e de coesão, mecanismo financeiro, outras acções agrícolas e regionais, transportes e pesca)

TÍTULO B2-4**FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA-ESTADOS-MEMBROS****CAPÍTULO B2-4 0 — FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA-ESTADOS-MEMBROS****B2-4 0 0*****Fundo de Solidariedade da União Europeia-Estados-Membros***

Orçamento 2003		Orçamento rectificativo n.º 5		Novo montante	
Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
p.m.	p.m.	+ 104 789 000	—	104 789 000	p.m.

Este artigo destina-se a receber as dotações resultantes da mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia em caso de catástrofes naturais, ambientais ou tecnológicas.

Bases jurídicas

Acordo Interinstitucional, de 7 de Novembro de 2002, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão relativo ao financiamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia, complementar ao Acordo Interinstitucional de 6 de Maio de 1999 sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental (JO C 283 de 20.11.2002, p. 1).

Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, de 11 de Novembro de 2002, que cria o Fundo de Solidariedade da União Europeia (JO L 311 de 14.11.2002, p. 3).

**ORÇAMENTO RECTIFICATIVO Nº 1/2003
da Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos (EMA)**

(2003/801/CE, Euratom)

Nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Financeiro da Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos (EMA), aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de Junho de 2003, «o orçamento e os orçamentos rectificativos, tal como definitivamente aprovados, serão publicados no *Jornal Oficial da União Europeia*».

O primeiro orçamento rectificativo da EMA para 2003 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de Outubro de 2003 (MB/37/03/Rev1).

Artigo Número	Descrição	Orçamento 2001	Orçamento 2002	Orçamento 2003	OR n.º 1/2003	Orçamento revisto 2003
Receitas						
1 0 0	<i>Taxas cobradas</i>	45 771 000	39 000 000	48 142 000	+ 8 600 000	56 742 000
2 0 0	<i>Contribuição da Comunidade Europeia</i>	14 700 000	17 135 000	22 500 000	- 3 200 000	19 300 000
2 0 1	<i>Contribuição especial para medicamentos órfãos</i>	600 000	2 750 000	3 300 000	- 200 000	3 100 000
5 2 1	<i>Receitas resultantes de certificados de exportação, distribuição paralela e outras receitas administrativas conexas</i>	1 419 000	1 365 000	1 650 000	+ 150 000	1 800 000
6 0 0	<i>Contribuições para programas comunitários e receitas de serviços</i>	2 314 360	213 000	1 430 000	+ 100 000	1 530 000
9 0 0	<i>Receitas diversas</i>	—	60 000	50 000	+ 648 000	698 000
	Orçamento total	65 866 000	61 304 000	78 081 000	+ 6 098 000	84 179 000
Despesas						
2 1 2 0	Compra de novo equipamento informático para projectos específicos	—	408 600	813 000	+ 150 000	963 000
2 1 2 1	Compra de novo software para projectos específicos	—	410 000	939 000	+ 150 000	1 089 000
2 1 2 5	Trabalhos de análise, programação e assistência técnica para projectos específicos	—	761 000	3 184 000	+ 1 398 000	4 582 000
3 0 1 0	Avaliação de medicamentos	20 308 000	15 521 000	18 590 000	+ 4 300 000	22 890 000
3 0 5 0	Programas comunitários	2 346 360	213 000	1 430 000	+ 100 000	1 530 000
	Orçamento total	65 866 000	61 304 000	78 081 000	+ 6 098 000	84 179 000